



INTERNATIONAL CENTRE  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



30 de julho de 2007

Vol. 2 No. 10

<b>NOTÍCIAS MULTILATERAIS</b>	<b>1</b>
Brasil inicia disputa na OMC contra subsídios agrícolas estadunidenses	4
<b>NOTÍCIAS REGIONAIS</b>	<b>5</b>
Acordos comerciais América Central – EUA	5
<b>BREVES MULTILATERAIS</b>	<b>6</b>
OMPI: continuam os trabalhos do comitê sobre recursos genéticos e conhecimento tradicional	6
Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente: à espera das negociações em agricultura e NAMA	7
<b>BREVES REGIONAIS</b>	<b>8</b>
Tratados de livre comércio: Colômbia e Peru-Canadá; Chile-China; Chile-Japão	8
<b>EVENTOS</b>	<b>8</b>
Fóruns Multilaterais	8
Fóruns Regionais	9
Outros Fóruns	10
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>10</b>
<b>FIQUE DE OLHO!</b>	<b>11</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Rodada Doha: esboços de acordos em agricultura e NAMA

No último dia 17 de julho, os presidentes dos grupos de negociação sobre agricultura e acesso a mercado de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) apresentaram seus esboços de textos revisados para um possível acordo. Segundo o conteúdo desses textos, os Membros da OMC devem abandonar as demandas e aprofundar os temas de reduções tarifárias e subsídios para que haja alguma esperança de acordo nas negociações comerciais da Rodada Doha. De acordo com o presidente do grupo de negociação de NAMA, Don Stephenson, os Membros terão que modificar suas posições para chegarem a um acordo. Crawford Falconer enfatizou que um acordo exigirá esforços. Ambos afirmaram ter feito o possível para que todas as partes cheguem a uma saída.

### Cortes mais profundos para EUA e UE

O texto sobre agricultura estabelece dois níveis de ambição para as reduções dos subsídios agrícolas e associa cortes mais altos a reduções relativamente mais profundas. O teto para a Redução do Nível Global de Subsídios Distorcivos (OTDS, sigla em inglês) dos Estados Unidos da América (EUA) seria fixado em US\$13 bilhões ou US\$16.4 bilhões, o que equivaleria a um corte de 73% e 66%, respectivamente. Washington havia apresentado uma proposta na qual se comprometia a fixar um teto de US\$22.5 bilhões, mas, também afirmou informalmente que esse limite poderia ser de US\$17 bilhões. Os dois tetos apresentados no texto ainda são maiores que o valor proposto pelo G-20, de US\$12 bilhões. Washington afirma não poder baixar o teto dos subsídios a menos que haja garantia de maior acesso a mercado em outros países e ressaltou que os pagamentos atuais já são mais baixos que os padrões recentes. Os EUA também manifestaram seu desejo de poder aumentar os pagamentos aos agricultores estadunidenses de modo a compensar eventuais quedas nos preços das matérias primas.

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

O texto de Crawford Falconer propõe uma redução de 75% e 85% para gastos em OTDS para a UE, o que supera os 70% propostos por Bruxelas. O documento também estabelece as regras para a eliminação de subsídios à exportação até 2013, de modo a cumprir o estipulado pelos Membros na Conferência Ministerial de Hong-Kong, em dezembro de 2005.

### **Reduções tarifárias: mais que a UE, menos que os EUA**

No que se refere a acesso a mercados, o texto do presidente do grupo de negociação sobre agricultura sugere reduções drásticas de 66% e 73% para tarifas agrícolas iguais ou superiores a 75%. Tal redução é superior àquela proposta por Bruxelas, que havia afirmado que o máximo que poderia tolerar era uma redução de 60%. O texto estabelece uma redução que se aproxima à proposta feita pelo G-20, mas, ainda é inferior àquela defendida pelos EUA. As tarifas inferiores a 75% poderiam ser classificadas em outros três níveis, cada um com suas percentagens correspondentes de redução.

### **Flexibilidades: poucos detalhes em matéria de 'produtos especiais'**

Crawford Falconer propôs que os países desenvolvidos possam designar de 4% a 6% de suas linhas tarifárias como "sensíveis". Tais produtos sofreriam uma redução tarifária inferior (no mínimo de um terço e no máximo de dois terços) em relação àquela estabelecida na fórmula acordada. Em contrapartida, os países deveriam criar novos contingentes tarifários de importação. A UE propôs que 8% das linhas tarifárias desfrutassem dessa flexibilidade; o Japão e os demais integrantes do G-10 haviam proposto 15%. Enquanto isto, o G-20, os EUA e o Cairns - grupo de países agro-exportadores - defenderam que só o 1% das linhas tarifárias pudessem ser designadas como "sensíveis".

Crawford Falconer não detalhou o número nem o tipo de tratamento que deveria ser dado aos 'produtos especiais'. Os países em desenvolvimento (PEDs) poderão proteger tais produtos das reduções tarifárias com base em critérios de segurança alimentar, segurança dos meios de subsistência e/ou desenvolvimento rural.

Este debate, entretanto, encontra-se polarizado: ao passo que os EUA e outros exportadores receiam que as oportunidades de acesso a mercados diminuam, os PEDs membros do G-33 afirmam que os meios de subsistência dos agricultores não deveriam estar subordinados aos interesses dos exportadores de outros países.

### **NAMA: começar pensando no final**

O presidente das negociações de NAMA recomendou que, ao avaliar o acordo, os governos "comecem tendo em mente o final". De acordo com Don Stephenson, uma vez aplicadas as modalidades propostas, os países desenvolvidos terão tarifas consolidadas inferiores a 3% e picos tarifários inferiores a 10%, inclusive para os produtos sensíveis. Os principais Membros desenvolvidos fixarão mais de 90% de suas linhas tarifárias abaixo de 5% e menos de 2% de suas linhas tarifárias estarão entre 7% e 8,5%, seus novos picos tarifários.

### **Coefficientes de 8-9 e 19-23**

O texto de Don Stephenson estabelece uma "fórmula suíça", com um coeficiente de 8 ou 9 para os países desenvolvidos e outro coeficiente, entre 19 e 23, para os PEDs. De acordo com essa fórmula, o coeficiente converte-se no novo limite tarifário: uma vez introduzidas na fórmula, todas as tarifas são reduzidas abaixo do nível do coeficiente utilizado, o que faz com que as tarifas mais baixas sejam reduzidas de maneira mais suave.

Contrariamente, Brasil e Índia propuseram um coeficiente inferior a 30 e queixaram-se de que as demandas dos países ricos requerem dos países pobres reduções desproporcionais às suas tarifas para bens industriais. O bloco NAMA-11 de PEDs afirmou que com um coeficiente de 10 para países desenvolvidos e 35 para PEDs, obter-se-ia uma redução de 50% das tarifas consolidadas.

### **Esboços de texto sobre agricultura e NAMA não são muito bem recebidos**

Os membros da OMC concordam com o fato de que os parâmetros identificados por Crawford Falconer em seu texto para um acordo potencial de agricultura na Rodada Doha constituem "um bom ponto de partida" para futuras conversas em setembro.

Entretanto, eles parecem concordar somente neste ponto, pelo menos em público: em reunião do dia 23 de julho, organizada para que os Membros fornecessem as reações iniciais ao esboço de texto de negociação, sugeriu-se que o esboço seria bastante melhorado se fosse revisado do ponto de vista de suas respectivas posições de negociação.

O Comissário de Comércio europeu, Peter Mandelson, foi particularmente positivo e elogiou o presidente das negociações agrícolas e seu homólogo para bens industriais. O Ministro de Comércio indiano, Kamal Nath, afirmou que o texto é uma boa base para dar

início a negociações mais intensas, mesmo que não seja um texto de convergência.

Durante reunião do grupo de negociação sobre agricultura, fontes afirmam que a Suíça descreveu o texto como “suficientemente bom para não ser rejeitado, mas também suficientemente deficiente para não ser adotado.”

### **EUA: coeficientes para OTDS em discussão**

As tarifas agrícolas e os cortes a subsídios mencionados no texto dividiram os Membros. O negociador chefe de agricultura dos EUA, Joe Glauber, relatou a jornalistas em Genebra no dia 24 de julho que um teto muito baixo para OTDS está fora de questão, reportou o jornal *Thomson Financial*.

Durante a reunião do comitê, o G-20 reiterou sua demanda para um teto baixo aos subsídios estadunidenses distorcivos ao comércio. Ademais, até mesmo o nível mais baixo proposto por Crawford Falconer permanece acima dos US\$ 11 bilhões que os EUA gastaram nos últimos anos, pois os altos preços das *commodities* têm resultado em baixos níveis de pagamento agrícola.

Os EUA, por sua vez, argumentaram que mesmo um nível de OTDS bem acima de US\$ 11 bilhões representaria uma redução real dos subsídios, pois os pagamentos excederam esse nível durante 5 dos últimos 8 anos. Kamal Nath afirmou, entretanto, que os EUA tentam manter uma margem de segurança para poderem aumentar seu nível de despesas no futuro, quando os preços das *commodities* estiverem baixos. “Uma rodada do desenvolvimento não significa que você tenha o direito de guardar seus subsídios e aumentar sua distorção”, disse ele.

O G-20 e o grupo Cairns pediram reduções dos atuais níveis de pagamento, ao invés de cortes a limites teóricos de gastos.

A UE e o Japão afirmaram que deveria haver reduções tarifárias substanciais nas negociações de NAMA para que pudessem contemplar as reduções aos subsídios propostas no texto de Falconer. O G-20 apresentou uma opinião diferente. Para este bloco, tanto a UE quanto o Japão teriam ampla margem de manobra entre os níveis reais de gastos e seus limites consolidados. O bloco de PEDs reclamou que a UE não seria obrigada a engessar sua atual reforma de subsídios agrícolas.

### **Acesso a mercados: grupos reiteram suas prioridades**

Os assuntos que geraram maior controvérsia durante as negociações foram cortes de tarifas agrícolas e o nível de proteção que cada país poderá outorgar a seu mercado agrícola no caso de certas importações.

Em referência direta à alusão de Crawford Falconer, que ainda acredita que os “produtos especiais” deveriam estar sujeitos a alguma redução tarifária, o G-33 reiterou que é a favor de que certas *commodities* sejam isentas de cortes tarifários. A China, que faz parte do G-33, também disse estar frustrada com o fato do presidente das negociações continuar a propor exceções obrigatórias para alguns produtos especiais especialmente críticos.

Muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento argumentam que o valor das várias ofertas de acesso a mercado não pode ser devidamente avaliado e que as próprias ofertas não podem ser comparadas sem que haja maior clareza sobre as diferentes flexibilidades.

Os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) pediram permissão para utilizarem o “mecanismo de salvaguardas especiais”, em que pese o fato de não precisarem cortar tarifas na Rodada Doha. Alguns desses países possuem tarifas consolidadas baixas e gostariam de poder elevá-las acima do limite, de modo a protegerem seus agricultores de aumentos nas importações.

O presidente das negociações de agricultura não estabeleceu provisões sobre a controversa questão da extensão das indicações geográficas para outros produtos - além de vinho e bebidas espirituosas.

Negociações intensas sobre o esboço de texto devem começar em 3 de setembro, após o período de férias da OMC. Crawford Falconer afirmou que deve apresentar mais uma versão revisada do texto, um esforço para ajudar os Membros a chegarem a um acordo.

### **Texto sobre NAMA deve ter recepção menos calorosa**

Fontes indicam que o grupo NAMA-11 de PEDs, que inclui África do Sul, Brasil e Índia, achou a proposta do texto de Don Stephenson desproporcional em relação ao que está sendo oferecido nas negociações agrícolas e também no que diz respeito ao requerimento feito aos PEDs para que cortem suas tarifas consolidadas mais severamente que os países desenvolvidos.

O NAMA-11 e o grupo G-90 de PEDs trabalharam em uma declaração conjunta que criticaria o texto de Don Stephenson. Vários membros do G-90 não se encontram entre os 31 Membros que deverão utilizar a fórmula de redução tarifária. Os PMDRs estão isentos destes comprometimentos de redução tarifária.

Enquanto isto, EUA e UE - ou, mais propriamente dito, grupos industriais em ambos os países – sugeriram que o texto sobre NAMA não busca uma redução tarifária significativa por parte dos PEDs.

O presidente das negociações de NAMA também afirmou que revisará seu texto com base nas negociações de setembro.

Sem um acordo até o início de 2008, a Rodada Doha poderá hibernar por anos, ou até mesmo por tempo indefinido, devido principalmente às campanhas eleitorais que ocorrerão nos EUA e na Índia em 2008.

Tradução e adaptação de artigos publicados originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*. Vol. 11 No. 26 18 July 2007 e Vol. 12 No. 27, 25 July 2007

---

### **Brasil inicia disputa na OMC contra subsídios agrícolas estadunidenses**

O pedido de consultas, datado de 11 de julho, é o primeiro passo do procedimento de solução de controvérsias na OMC. Muito semelhante a uma demanda apresentada pelo Canadá no início deste ano (DS 357 – *Subsidies and Other Domestic Support for Corn and Other Agricultural Products*), esta controvérsia surge quando as esperanças de um acordo na Rodada Doha – e, conseqüentemente, de novos tetos para os subsídios agrícolas – diminuem.

O governo brasileiro alega que, desde 1999, os Estados Unidos da América (EUA) têm frequentemente excedido o limite de gastos acordado na OMC para subsídios agrícolas que distorcem o comércio. Este dinheiro é utilizado pelos EUA para apoiar a pecuária e a produção de *commodities* como trigo, milho, sorgo, algodão e arroz. O Brasil também questiona algumas isenções tributárias e garantias de crédito à exportação, com o argumento de que tais medidas equivalem a subsídios proibidos.

Este caso segue o exemplo da demanda vitoriosa do Brasil na OMC em 2005, contra o apoio estadunidense à produção de algodão. Se as duas partes (Brasil e EUA) não conseguirem resolver suas divergências em 60 dias, o Brasil poderá pedir o estabelecimento de um painel para julgar o litígio.

O Brasil alega que os EUA ultrapassaram os US\$ 19,1 bilhões a que tinha direito para gastar com subsídios da caixa amarela em 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005. Além disso, o Brasil considera que os EUA também ultrapassaram o teto anterior, de US\$ 19,8 bilhões, em 1999. À exceção de 2002, estes são os mesmos anos referidos pelo Canadá em sua demanda contra os EUA.

O pedido de consultas enfatiza a falta de notificação dos EUA à OMC de seus gastos com subsídios desde 2001, ou seja, a última notificação ocorreu antes da entrada em vigor, em 2002, da opulenta Lei Agrícola (*Farm Bill*) estadunidense, fato que dificulta a avaliação do cumprimento pelos EUA do teto para subsídios. Apesar disso, segundo o pedido de consultas, as informações disponíveis indicam que o apoio doméstico que os EUA forneceram ao setor agrícola excede os níveis de compromisso por ele assumidos em 2002, 2004 e 2005, o que violaria as regras multilaterais de comércio.

Quanto ao período compreendido entre 1999 e 2001, o Brasil argumenta que a notificação estadunidense à OMC foi incorreta, já que exclui pagamentos feitos no âmbito de diversos programas – como os referentes ao contrato de flexibilidade de produção, à assistência para perda de mercado e aos vários esquemas de auxílio em situações de desastres. O Brasil argumenta que tais pagamentos deveriam ter sido classificados como subsídios de caixa amarela. Desta forma, se estes pagamentos fossem levados em consideração, os EUA teriam ultrapassado seu teto para subsídios agrícolas.

Representantes estadunidenses refutaram tanto as alegações brasileiras quanto as do Canadá e consideram que os argumentos de ambos os países são infundados. Para eles, os gastos com subsídios estavam dentro dos limites legais estabelecidos.

Gretchen Hamel, porta-voz do Departamento de Comércio dos EUA, afirmou estar perplexa com a decisão do governo brasileiro de questionar um programa de garantia de crédito à exportação, pois os EUA já o haviam modificado em virtude da decisão do painel no caso do algodão (DS 267 – *Subsidies on Upland Cotton*). A implementação da decisão deste caso pelos EUA é questionada pelo Brasil e está sendo analisada por outro painel.

O Brasil enfatizou que o significado sistêmico da questão justificava a apresentação de uma demanda própria contra os EUA, embora o país já houvesse assinado o pedido canadense de consultas.

Em nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmou que a participação enquanto terceiro interessado na demanda apresentada pelo Canadá sobre a mesma matéria não ofereceria uma oportunidade à altura das necessidades do país. Enquanto terceiro interessado, o Brasil estaria apto a realizar apresentações perante o painel, mas não poderia adotar medidas de retaliação.

O Canadá reconheceu abertamente que sua demanda objetiva pressionar os EUA a reduzirem os subsídios agrícolas que distorcem o comércio, tanto como parte das negociações da Rodada Doha, como enquanto o Congresso estadunidense elabora a nova Lei Agrícola e, portanto, planeja as futuras verbas para a agricultura. O governo canadense solicitou consultas com os EUA em janeiro deste ano e, em junho, decidiu pedir o estabelecimento do painel para julgar a controvérsia, já que as divergências entre os dois países não foram resolvidas. Os EUA bloquearam este primeiro pedido, mas não o podem fazer uma segunda vez. Os casos de Brasil e Canadá são tão semelhantes que uma fusão dos dois painéis seria considerada perfeitamente possível.

O pedido de consultas do Brasil não menciona se os subsídios agrícolas estadunidenses distorciam os preços mundiais, em prejuízo dos produtores agrícolas de outros países. Subsídios que distorcem o comércio e que possuem tal efeito negativo não são permitidos pelo Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Em seu pedido de consultas, o Canadá argumenta que os subsídios estadunidenses ao milho implicavam em graves prejuízos que minavam a produção agrícola canadense e forçavam a redução dos preços mundiais. O Canadá, no entanto, absteve-se de pedir ao painel que investigasse o assunto.

Um possível fracasso das negociações da Rodada Doha da OMC poderá ter como conseqüência uma série de demandas, já que os países buscariam, por meio destas disputas, obter pelo menos parte daquilo que não conseguiram nas negociações. Muitas destas controvérsias teriam como foco subsídios agrícolas que causam graves prejuízos aos agricultores.

A organização não governamental, Oxfam, identificou inúmeros programas de subsídios agrícolas dos EUA e da União Européia (UE) que seriam vulneráveis a um questionamento na OMC, tanto por afetarem negativamente os agricultores de países em desenvolvimento (PEDs) como por incentivarem ilegalmente o investimento doméstico em bens agrícolas de valor agregado. Conforme demonstra um relatório da Oxfam de novembro de 2005, os subsídios estadunidenses para milho, arroz e sorgo forçaram a redução do preço mundial dessas *commodities*, o que afetou produtores de países como a África do Sul,

Argentina, Gana, Guiana, Haiti, Quênia e Zâmbia. Contudo, os atuais altos preços das *commodities*, em especial do milho, e a conseqüente diminuição no pagamento de subsídios podem dificultar a definição do que sejam os graves prejuízos referidos no parágrafo anterior.

O relatório também sustenta que a benevolência da UE para com os produtores de tomates, pêssegos e frutas cítricas negou oportunidades comerciais, no âmbito do bloco, para produtores de países como Brasil, Chile e China. Alerta-se, no entanto, para o fato de que uma avalanche de novas disputas colocaria a prova o sistema de solução de controvérsias da OMC e poderia estimular, no Congresso estadunidense, o apoio à saída do país da organização.

Artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 26, 18 jul. 2007.

---

## NOTÍCIAS REGIONAIS

---

### Acordos comerciais América Central – EUA

As relações comerciais entre três países da América Central e os Estados Unidos da América (EUA) têm provocado grande movimentação dos pontos de vistas econômico e político. A Guatemala está envolvida com seu primeiro processo arbitral, iniciado por um investidor sob a égide do Tratado de Livre Comércio entre República Dominicana, América Central e EUA (CAFTA-DR, sigla em inglês). A Costa Rica caminha rumo ao primeiro referendo de sua história política, convocado para determinar a aprovação ou não de tal tratado, que agora conta com a aprovação da Sala Constitucional. O Congresso panamenho, por sua vez, aprovou o Acordo de Promoção Comercial (APC) com os EUA em apenas duas semanas.

#### Guatemala

Na Guatemala, a companhia estadunidense *Railroad Development Corp.* (RDC) e sua concessionária *Ferrovías Guatemala*, decidiram abandonar o projeto de re-estruturar o sistema ferroviário desse país a partir de 1º de outubro deste ano. A empresa argumenta que enfrenta evidente atitude hostil na Guatemala, particularmente por parte do Estado, o que inviabiliza os objetivos pactuados.

#### Resumo do caso

Em 1997, no governo do então presidente da Guatemala, Álvaro Arzú, a empresa RDC recebeu, como usufruto oneroso e por um período de 50 anos, a

quase a totalidade dos bens da empresa *Ferrocarriles de Guatemala* (FEGUA), o que incluiu bens que, segundo o contrato, poderiam ser sub-arrendados pela *RDC-Ferrovías*. O contrato estipulava que a empresa deveria re-estruturar cinco linhas ferroviárias. Destas, uma foi re-estruturada com um único investimento de US\$ 15 milhões. As fases seguintes não foram iniciadas. O atual presidente da Guatemala, Óscar Berger, declarou, no dia 25 de agosto de 2006, que houve quebra do contrato. De acordo com ele, os bens de propriedade da FEGUA são parte do patrimônio histórico do país.

Neste contexto, ambas as partes acusam-se mutuamente de descumprimento do contrato. Para a empresa, o governo não cumpriu com sua obrigação de desalojar os moradores dos locais das vias que trariam mais lucro. Ademais, a declaração de quebra de contrato efetuada pelo governo no ano anterior foi vista pela empresa como um ato de expropriação indireta, figura contemplada e proibida pelo CAFTA-DR em seu artigo 10.7. Para a arbitragem internacional, este tratado comercial não é regido pelo princípio da subsidiariedade, de modo que o investidor estrangeiro não precisa aguardar o esgotamento dos processos judiciais internos para fazer uso da arbitragem (art. 10.16 CAFTA-DR). Por esta razão, mesmo que a solução de recurso interposto perante a Corte de Constitucionalidade da Guatemala continue pendente, a empresa pode utilizar-se desde já da via arbitral.

O valor da demanda é de US\$ 65 milhões, que contemplariam os US\$ 15 milhões já investidos mais US\$ 50 milhões de lucros cessantes, de acordo com o valor projetado do investimento. Alguns representantes de setores sociais e do Estado asseguram que a empresa não sofreu perda alguma, pois, precisamente nestes anos abriu mão do direito de arrendamento da via, atividade que indubitavelmente gerou lucros nada desprezíveis.

A empresa, no entanto, assegura que sua situação é mais do que problemática, pois além da atitude hostil por parte do Estado, ela foi prejudicada por roubos de materiais das vias, invasões da população e pelo período de chuvas, que deterioraram seriamente as vias. O dono do RDC, Henry Posner III, foi enfático ao afirmar que é impossível que uma empresa tenha sucesso em um país que não a deseje ali.

Dentre as duras críticas feitas por setores sociais contra a submissão da disputa à arbitragem, destacam-se o valor da indenização pretendida – que, de acordo com eles, é maior que o orçamento anual de muitos Ministérios -, e o fato da advogada assessora da *RDC-Ferrovías*, Regina Vargo, ter sido chefe da missão que negociou os interesses estadunidenses no CAFTA-DR.

## Costa Rica

A Costa Rica, único país do CAFTA-DR que ainda não ratificou o Acordo, celebra, no dia 7 de outubro, um referendo que definirá a questão. Para que a decisão seja válida, 40% dos eleitores deverão participar.

Um fato que gerou polêmica foi a recente decisão da Sala Constitucional sobre as consultas de constitucionalidade propostas por um grupo de deputados da oposição e pela Defensoria do Povo, que determina que o tratado comercial não conflite com a Carta Magna do país.

## Panamá

O panorama é diametralmente oposto no Panamá. No dia 11 de julho passado, o Parlamento ratificou um APC entre essa nação e os EUA com ampla maioria: 58 votos a favor, dois contra e uma abstenção. A aprovação deu-se apenas duas semanas após ter sido subscrita pelos governos na sede da Organização dos Estados Americanos, em Washington, no dia 28 de junho.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* Volume IV Número 14, 24 de julho de 2007

---

## BREVES MULTILATERAIS

---

### **OMPI: continuam os trabalhos do comitê sobre recursos genéticos e conhecimento tradicional**

De 3 a 12 de julho, ocorreu, em Genebra, a 11ª sessão do Comitê Inter-governamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (IGC, sigla em inglês) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Após mais de seis anos de debates desde a criação do Comitê, os Membros da organização ainda não chegaram a um consenso quanto à elaboração ou não de um novo tratado internacional que tenha por objetivo proteger os recursos genéticos, o conhecimento tradicional e o folclore contra apropriações indevidas. Os países apenas concordaram em dar continuidade aos debates sobre o assunto.

Durante a sessão, boa parte das negociações teve como foco os detalhes da renovação do mandato do comitê e seus trabalhos futuros. Muitos dos debates do

IGC foram realizados em negociações informais e em reuniões “informais - informais” - assim apelidadas pelas delegações participantes - entre o Grupo da África, Brasil, Canadá, Japão e Estados Unidos da América (EUA). Foi somente durante a sessão plenária final que se chegou a um acordo sobre como proceder: o IGC pedirá à Assembléia Geral que renove seu mandato e terá o compromisso de “acelerar seus trabalhos e apresentar um relatório dos progressos feitos à Assembléia Geral de 2008”. O mandato renovado também implica em que nenhum resultado do trabalho do IGC seja excluído, inclusive o possível desenvolvimento de um ou mais instrumentos internacionais”.

Nos bastidores das sessões formais, de acordo com as delegações, o debate manteve a clássica dicotomia Norte-Sul, o que tem ocorrido desde a criação do IGC, em 2001. Diversos países em desenvolvimento (PEDs), ricos em biodiversidade, desejam um instrumento internacional legalmente vinculante que regulamente a questão da apropriação indevida de recursos genéticos, conhecimento tradicional e folclore nacionais. Já os países industrializados como EUA, Japão e Canadá preferem uma recomendação não vinculante.

Apesar das divergências, há um crescente consenso de que o principal objetivo de um regime de proteção deve ser a prevenção de apropriações indevidas, como ocorre, por exemplo, com a concessão de patentes que incorporam recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais sem compartilhamento de benefícios e consentimento prévio das comunidades às quais estes recursos e conhecimentos pertencem.

As delegações discutiram questões como os objetivos e os beneficiários da proteção aos recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais, bem como sua forma, extensão e duração. O presidente do IGC, Embaixador Gusti Agung Wesaka Puja (Indonésia), explicou que o propósito das discussões é encontrar um “denominador comum” para as próximas deliberações.

Os PEDs estão cada vez mais impacientes com o processo e reclamam que já é hora de negociações voltadas a um regime de proteção dos recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais. Por outro lado, diversos países desenvolvidos - em especial Canadá, Japão e EUA - alegam que é preciso mais tempo para compreender completamente os temas e determinar a melhor forma de agir. Esta alegação é vista pelo México como um pretexto para obstruir as negociações. O Brasil afirma que os países industrializados distorcem as posições apresentadas pelos PEDs.

As decisões do comitê encontram-se disponíveis em <[http://www.iprsonline.org/resources/docs/igc11\\_decisions.pdf](http://www.iprsonline.org/resources/docs/igc11_decisions.pdf)>.

Tradução e adaptação de artigo originariamente publicado em *Bridges Trade BioRes* Vol. 7 No. 14 20 July 2007

---

### **Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente: à espera das negociações em agricultura e NAMA**

As negociações da Rodada Doha sobre comércio e meio ambiente pouco avançaram nas duas últimas semanas, já que as atenções dos Membros da OMC estavam concentradas nos potenciais esboços de acordos apresentados pelos presidentes dos grupos de negociação em agricultura e em Acesso a Mercados para Produtos Não-Agrícolas (NAMA, sigla em inglês).

A sessão especial formal do dia 18 de julho do Comitê de Comércio e Meio Ambiente foi a primeira sob a coordenação do novo presidente do Comitê, o Embaixador Mario Matus, do Chile. Nessa reunião, os Membros não discutiram a liberalização do comércio em bens e serviços ambientais, tema que faz parte do mandato de Doha em comércio e meio ambiente.

Quanto à relação entre regras da OMC e obrigações comerciais específicas, presentes em acordos ambientais multilaterais (MEAs, sigla em inglês), a Noruega manifestou seu apoio à proposta de 2006 da União Européia (UE), que reconhece a inexistência de hierarquia entre os dois tipos de normas (documento TN/TE/W/68, disponível em <<http://docsonline.wto.org>>). A UE sugeriu que os Membros tentassem encontrar um meio termo entre sua própria proposta e aquela apresentada por Austrália e Argentina (documento TN/TE/W/72/Rev.1), a fim de que as negociações possam avançar além de um mero relatório que resuma os debates do Comitê. A Nova Zelândia afirmou que também apresentaria uma proposta sobre o assunto, mas que ainda aguarda os resultados das negociações em agricultura e NAMA para fazê-lo.

Os debates informais sobre intercâmbio de informações e sobre o *status* de observador dos secretariados de MEAs na OMC (parágrafo 31(ii) da Declaração de Doha) centraram-se na nova linguagem de esboço informal introduzida pelo presidente do Comitê.

Os Membros concordaram genericamente sobre a necessidade de incluir o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA) nas sessões de intercâmbio de informações, em claro reconhecimento do papel de

capacitação desenvolvido pelo Programa. O Brasil sugeriu que o mesmo tipo de tratamento fosse concedido à UNCTAD.

O *status* de observador foi assunto que gerou mais divergências durante as discussões do Comitê. A UE, que defende a concessão do *status* de observador a apenas um pequeno grupo de secretariados de MEAs (documento TN/TE/W/66), afirmou que o texto do presidente do Comitê não refletia o mandato e questionou a importância da lista de perguntas que busca determinar como outorgar o *status*. A Argentina, apoiada por diversas outras delegações, sugeriu que o debate fosse restrito a critérios para determinação de um observador.

Mario Matus ressaltou que a sugestão não tinha como objetivo servir como “texto de negociação” e enfatizou que novas discussões informais serão necessárias para que o tema avance. A próxima sessão especial formal do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente está agendada para o dia 1º de outubro.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly*, vol. 11, n.27, 25 jul. 2007.

---

## BREVES REGIONAIS

---

### Tratados de livre comércio: Colômbia e Peru-Canadá; Chile-China; Chile-Japão

Entre os dias 16 e 20 de julho, Colômbia e Peru iniciaram, em Lima, Peru, a primeira rodada de negociações para a assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLC) com o Canadá. O Chile, por sua vez, acaba de finalizar a terceira rodada de negociações para o aprofundamento de um TLC com a China nas áreas de serviços e investimentos. O Chile também finalizou a primeira etapa legislativa da aprovação de TLC com o Japão.

#### Colômbia e Peru

Estes dois países negociam conjuntamente um TLC com o Canadá, que deve gerar tratados independentes. Esses tratados abarcarão não somente o acesso a mercados, mas também as áreas de serviços, investimento, propriedade intelectual, compras governamentais e cooperação em assuntos trabalhistas e ambientais. A denominação será “Acordos de Última Geração”.

Segundo o governo colombiano, o mercado canadense tem maior relevância do que os próprios Membros do Mercosul ou do Chile. A balança comercial entre Colômbia e Canadá é deficitária para o país andino, para quem o Canadá teria exportado, em 2006, um montante de \$275 milhões e importado \$394 milhões.

#### Chile

O Chile acaba de concluir sua terceira rodada de negociações com a China para incluir no TLC já vigente (desde 1º de outubro de 2006) entre os dois países todos os modos de prestação de serviços e proteção a investimentos. De acordo com o Diretor de Assuntos Bilaterais do DIRECON, Andrés Rebolledo, o interesse do Chile é converter-se em uma plataforma de investimento para a produção de bens e serviços para terceiros mercados, constituindo-se, assim, em uma ponte de conexão entre Ásia e América do Sul. Desde junho do presente ano, a China representa o principal destino das exportações chilenas de bens e supera o mercado estadunidense. Desde 2006, a balança comercial entre ambos os países foi positiva para o Chile, com um *superávit* de US\$ 1.434,8 milhões.

De acordo com o desejo do Chile de consolidar sua presença no mercado asiático, a câmara de deputados chilena aprovou - com 95 votos a favor, 3 contra e 4 abstenções - o TLC assinado com o Japão, terceiro sócio comercial do Chile depois de China e dos EUA.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal* Volume IV Número 14, 24 de julho de 2007

---

## EVENTOS

---

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>.

31 de agosto

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

#### UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&f>>

rmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intltemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>.

3 de setembro

Reunião de especialistas sobre as implicações dos serviços financeiros e do comércio de *commodities* no comércio e desenvolvimento (Parte 1)

Local: Genebra, Suíça.

4 de setembro

Seminário: *Funding Sources for Emerging Exchange and Capital Market Development*

Local: Genebra, Suíça.

5 de setembro

Lançamento do Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento de 2007

### **Banco Mundial**

Informações:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~HIPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>>.

20 a 31 de agosto

Curso: Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: redução da pobreza, saúde reprodutiva e reforma do setor de saúde

Local: Bangkok, Tailândia.

### **Convenção sobre Diversidade Biológica**

Informações:

<<http://www.cbd.int/meetings/default.shtml>>.

10 a 12 de setembro

Reunião do grupo *ad hoc* de especialistas técnicos sobre transferência de tecnologia e cooperação científica e tecnológica

Local: Genebra, Suíça.

---

## **Fóruns Regionais**

### **CEPAL**

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

1 de agosto

Seminário CEPAL e Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB): “Coesão social: inclusão e sentimento de fazer parte”

Local: Bogotá, Colômbia.

3 de agosto

Seminário CEPAL e Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB): “Coesão social: inclusão e sentimento de fazer parte”

Local: Brasília, Brasil.

16 de agosto

Seminário internacional “Por uma nova agenda de paz e segurança euro-latino-americana

Local: Santiago, Chile.

### **Mercosul**

Informações:

<<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>>.

1 a 3 de agosto

Reunião ordinária do Comitê Técnico n.º 3 sobre normas de origem

Local: Montevidéu, Uruguai.

6 a 10 de agosto

Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Valoração Aduaneira (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

8 de agosto

Reunião preparatória de altas autoridades competentes em direitos humanos, chancelarias do Mercosul e Estados Associados (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

8 a 10 de agosto

XCIV Reunião ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul

Local: Montevidéu, Uruguai.

13 e 14 de agosto

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre bens e serviços ambientais (a confirmar)

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre substâncias químicas perigosas (a confirmar)

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre concorrência e meio ambiente (a confirmar)

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre o sistema de informação ambiental - SIAM (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

13 e 17 de agosto

Reunião do Grupo *Ad Hoc* para redação do código aduaneiro do Mercosul (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

15 a 17 de agosto

LVII reunião ordinária do sub-grupo de trabalho n.º 6 sobre meio ambiente (a confirmar)

Reuniões bilaterais do sub-grupo de trabalho n.º 6 sobre meio ambiente (a confirmar)  
Local: Montevidéu, Uruguai.

29 de agosto  
LXIX Reunião ordinária do Grupo Mercado Comum (a confirmar)  
Local: Montevidéu, Uruguai.

## OCDE

Informações:  
<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_201185\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html)>.

12 a 18 de agosto  
Semana Mundial da Água  
Local: Estocolmo, Suécia.

---

## Outros Fóruns

12 a 17 de agosto  
6º Diálogo interamericano sobre administração das águas – Do discurso à ação: fortalecer parcerias e construir bases para alcançar as metas do milênio  
Local: Cidade da Guatemala, Guatemala.

---

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

---

### Divulgação de relatórios e artigos

#### Crescimento da América Latina e Caribe

Em 26 de julho, a CEPAL publicou seu “*Estudio económico de América Latina y el Caribe 2006-2007*”, que analisa o crescimento do PIB da América Latina e Caribe e de cada país da região individualmente considerado. Segundo o relatório, se os prognósticos para 2008 forem confirmados, a região alcançará seis anos de crescimento consecutivo (desde 2003), ocasião na qual o PIB terá um aumento de 20,6%. O relatório encontra-se disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/29293/P29293.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>.

#### Previsões para 2007

O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou, em 25 de julho, a atualização do relatório *Perspectiva Econômica Global* (WEO, sigla em inglês), que havia sido apresentado em abril deste ano. A revisão alterou de 4,9% para 5,2% a estimativa de crescimento econômico global para este ano. O aumento é mais

evidente nos países emergentes. Prevê-se, no entanto, que alguns países - como Brasil e México - devem ter índices de crescimento inferiores à previsão mundial. A atualização de julho do WEO pode ser acessada em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/update/01/pdf/eng/0707.pdf>>. O texto integral do WEO de abril também encontra-se disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/01/pdf/text.pdf>>.

#### Mudanças climáticas, competitividade e comércio

Foi publicado o relatório “*Climate change, competitiveness and trade*”, de autoria de Aaron Cosbey e Richard Tarasofsky. O objetivo do trabalho foi a análise da tensão entre as ações que buscam prevenir as mudanças climáticas, a competitividade e a interface entre o Protocolo de Quioto e as regras da OMC. O relatório completo encontra-se disponível em: <[http://www.euractiv.com/29/images/10020\\_r0607clima\\_techange\\_tcm29-165360.pdf](http://www.euractiv.com/29/images/10020_r0607clima_techange_tcm29-165360.pdf)>.

#### Brasil e Índia

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) publicou um estudo do economista André Nassif, que consiste em uma análise comparativa entre os sistemas de inovação e as políticas macroeconômicas de Brasil e Índia. O estudo conclui que o Brasil tem dificuldades para fortalecer sua base tecnológica e atingir um crescimento sustentado. Na Índia, ocorre o inverso. É a capacidade dos governos de interligar as políticas que explica o bom desempenho econômico deste país. Apesar do maior investimento em inovação e da abertura mais ampla da economia, o Brasil cresce menos que a Índia há quase 30 anos. O estudo encontra-se disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20073\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20073_en.pdf)>.

#### Tecnologia em PMDRs

Foi publicado o relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), intitulado “*Knowledge, Technological Learning and Innovation*”, que analisa como os governos de países de menor desenvolvimento relativo e seus parceiros desenvolvidos podem promover o progresso tecnológico. O relatório completo pode ser acessado em: <[http://www.unctad.org/en/docs/ldc2007\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/ldc2007_en.pdf)>.

#### Cresce PIB do Peru

O Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) do Peru anunciou que o PIB do país cresceu 7,63% no primeiro trimestre deste ano. Dessa forma, o país conta com 71 meses consecutivos de crescimento, o que se

deveu principalmente ao comportamento positivo dos setores de construção, manufatura, pesca e serviços. Para maiores informações, ver o informativo do INEI sobre o PIB trimestral, disponível em: <<http://www.inei.gob.pe/web/BoletinFlotantePrincipal.asp?file=6925.pdf>>.

### **Banco da UE apoiará projetos no Brasil**

O Banco Europeu de Investimentos (BEI), braço financeiro da União Européia (UE), decidiu financiar projetos de etanol e biodiesel no Brasil. Além de continuar a emprestar para expandir a presença da UE na região, o banco quer estimular projetos de "sustentabilidade ambiental" que atenuem as mudanças climáticas e assegurem o fornecimento energético para o bloco. O Brasil deve comprometer-se a conservar as florestas, além de passar por critérios de avaliação de solidez financeira, econômica e técnica. Maiores detalhes estão disponíveis em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=357964](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=357964)>.

### **Várzea amazônica**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) lançou uma ferramenta interativa e gratuita que reúne indicadores sociais, econômicos e ambientais da várzea amazônica, uma região que abriga quase cem municípios e 1,1 milhão de pessoas, sem contar a população urbana. O *software* mostra dados em mapas, como o número de escolas e igrejas, vegetação, ferrovias e área desmatada. O objetivo principal é auxiliar o IBAMA a monitorar os locais próximos aos rios Amazonas e Solimões mais suscetíveis ao desmatamento e à pesca intensiva de peixes. Para maiores informações, acesse: <<http://siscom.ibama.gov.br/siteprovarzea/>>.

### **Crescimento menor na Argentina**

No primeiro semestre deste ano, o *superavit* da balança comercial argentina caiu em 18% em relação a igual período de 2006. O crescimento interanual das importações duplicou a alta das exportações. Os dados são do Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec) da Argentina. Maiores informações podem ser encontradas no site do Indec, <<http://www.indec.mecon.ar/>>.

### **Chile no Parlamento do Mercosul**

O presidente do Parlamento do Mercosul, o deputado uruguaio, Roberto Conde, anunciou que a partir de setembro deste ano, membros do legislativo chileno também integrarão o Parlamento do Mercosul. O anúncio foi feito durante a abertura do "Seminário de Integração Produtiva do Mercosul", que ocorreu nos

últimos dias 24 e 25. Ele declarou também a intenção de estreitar as relações com os legislativos da Comunidade Andina de Nações (CAN). Maiores informações encontram-se disponíveis em: <<http://www.sela.org/sela/prensa.asp?step=3&id=10882>>. Para informações sobre o seminário realizado na semana passada, acesse: <[http://www.presidenciamercosur.org/es/seminario\\_montevideo\\_2007.php](http://www.presidenciamercosur.org/es/seminario_montevideo_2007.php)>.

## **FIQUE DE OLHO!**

### **Oferta de trabalho no Banco Mundial**

O Banco Mundial oferece vagas de analista de pesquisa, especialista sênior em gestão do setor público e economista. Os currículos podem ser enviados até o dia 10 de agosto.

Veja como candidatar-se em: <[http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view\\_document/3035.html](http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_document/3035.html)>.

### **Seminário direito, desenvolvimento e comércio**

Nos dias 10, 11 e 12 de setembro, a Universidade Federal de Santa Catarina, localizada na cidade de Florianópolis, sediará o II Seminário Direito, Desenvolvimento e Sistema Multilateral de Comércio, juntamente com o III Congresso Latino-Americano da *European Community Studies Association*. O prazo para chamada de trabalhos já está aberto e as inscrições – gratuitas – podem ser feitas pelo e-mail: <[seminario2007@iribr.com](mailto:seminario2007@iribr.com)>. Maiores informações em: <[www.iribr.com/seminario2007](http://www.iribr.com/seminario2007)>.

### **Nova lei brasileira**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o projeto do Senado que modifica a legislação que criou no Brasil, há 11 anos, as chamadas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). O projeto transformou-se na Lei 11.508, de 20 de julho de 2007.

As ZPEs abrigam empresas beneficiadas com isenção de impostos, sob a condição de que destinem a produção ao mercado externo. A nova lei foi publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de julho. Acesse a lei em seu inteiro teor em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11508.htm)>.

### **Novo acordo entre Brasil e Uruguai**

Brasil e Uruguai concluíram neste mês um acordo automotivo que entra em vigor em 31 de julho e deve valer até junho de 2008. O acordo permitirá que

veículos brasileiros entrem no mercado uruguaio sem limitação de quantidade e com margem de preferência de 100%, desde que atendidas as regras de origem estabelecidas. O acesso de produtos uruguaio no Brasil também ocorrerá da mesma forma. Maiores informações em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/19/materia.2007-07-19.5940980571/view>>.

### Revisão tarifária na CAN

No dia 13 de julho foi aprovada a Decisão 669 pela Comissão da Comunidade Andina de Nações (CAN), que permite que seus países membros fixem suas próprias políticas tarifárias para produtos importados de países não integrantes da CAN. A decisão entra em vigor em 1º de agosto e valerá até 31 de janeiro de 2008, quando deverá ser revista a possibilidade de uma política tarifária comum ao bloco. A decisão da CAN encontra-se disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/normativa/dec/D669.htm>>.

### Saúde pública e OMC

Em 19 de julho, Ruanda comunicou à OMC a aplicação de uma decisão da organização de 2003. A decisão facilita, para países com problemas de saúde pública, a importação de medicamentos genéricos mais baratos, fabricados em outros países devido a licenças compulsórias. Essa possibilidade foi habitualmente denominada “sistema do parágrafo 6” da Declaração de Doha, que trata do Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) e saúde pública. Maiores informações sobre a notificação de Ruanda, a decisão da OMC e outros detalhes sobre TRIPS e saúde pública encontram-se disponíveis em: <[http://www.wto.org/english/news\\_e/news07\\_e/public\\_health\\_july07\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/public_health_july07_e.htm)>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: [http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

